

Ecologia humana e sociabilidade urbana: aproximações sociológicas

Cassio Brancaleone

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7821-3450>

cassiobrancaleone@gmail.com

Ecologia humana e sociabilidade urbana

A cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam.

Robert Park

A tradição teórica e de pesquisa que veio a ser denominada como Ecologia Humana teve seu período crucial de sistematização especialmente entre os anos de 1921 e 1940, tarefa realizada no bojo daquilo que viria a ser conhecido como “Escola Sociológica de Chicago”, através do empenho pioneiro de investigadores sociais como Robert Park, Ernest Burgess e Roderick Mckenzie, entre outros (GRAFMEYER; JOSEPH, 1979; URBAN LIFE, 1983; BECKER, 1996; EUFRASIO,

1999; VALLADARES, 2005).¹

O conjunto de suas contribuições teórico-metodológicas, pelo menos até o fim da segunda Grande Guerra, assumiu caráter referencial na sociologia estadunidense, em particular, e na sociologia urbana em geral, figurando como uma posição verdadeiramente paradigmática. O surto vertiginoso de urbanização pelo qual passou a cidade de Chicago no início do século XX, desencadeado por um processo de crescimento físico e demográfico de proporções inesperadas, expôs à superfície as fragilidades de um tecido social abalado pelas dificuldades de manutenção de um suposto “equilíbrio orgânico”. Os sintomas desse desequilíbrio se justificavam bem em fenômenos que despontavam seguindo o processo de expansão urbana, tais como a criminalidade, a delinquência juvenil, a formação de regiões de vício e prostituição, entre outras ocorrências consideradas “patológicas” (DURKHEIM, 1982). A principal causa dessas manifestações de anomia parecia repousar nos fluxos de imigração que a cidade funcionalmente canalizava. O que contribuía para a justificação de uma posição de Park (1976, p. 50) ao considerar que “o efeito do meio urbano é intensificar todos os efeitos de crises”.

Tal contexto, despertando a atenção de círculos intelectuais, filantrópicos, de opinião pública e de imprensa estadunidenses, dispostos a cerrar fileira para reformar uma sociedade em iminente processo de desorganização social, auxiliou na destinação de esforços e recursos consideráveis para as mãos do departamento de sociolo-

¹Apesar do uso disseminado na Sociologia Urbana de várias categorias ou problemáticas derivadas da Ecologia Humana conformada no interior da Escola Sociológica de Chicago, me interessa nesse artigo recuperar reflexões inauguradas *em partes selecionadas da bibliografia primária* de seus pioneiros autores, bem como comentadores compatíveis com tal tipo de recorte ou perspectiva. Isso justifica a mobilização de uma literatura que, em uma leitura mais “superficial” ou “linear”, possa parecer fatalmente limitada e datada, ou “desatualizada”.

gia da Universidade de Chicago. Os problemas e as “patologias sociais”, enquanto impasses urbanos, legitimaram, por fim, a emergência da cidade como extraordinário laboratório de pesquisas e tornaram-se o substrato a partir do qual a ecologia humana originou-se como campo (sub)disciplinar (SHORT, 1971; BULMER, 1984; SMITH, 1988; KURTZ, 1984; PIERSON, 1970; COULON, 1993).

Embora tendo a Sociologia como abordagem privilegiada, a ecologia humana surgiu a partir da convergência de variados campos do conhecimento, entre eles a geografia, a economia, a antropologia, a psicologia social e a biologia. A inserção da biologia nesta matriz, aliás, é digna de nota não somente pelo seu papel na constituição do núcleo de elementos articulados para justificar certa noção de natureza humana,² mas também pela inspiração que ofereceu através da incorporação de aspectos de modelos morfológicos de explicação, elaborados para a nascente ecologia de plantas e animais (McKENZIE, 1968a; PARK; BURGESS, 1970). O que explica a mobilização de uma importante imagem darwinista por tal perspectiva, a de *trama da vida*, onde a ordem e equilíbrio se realizariam através da competição entre espécies e organismos individuais na luta pela existência.

A releitura da ecologia humana no horizonte deste artigo atende a um interesse particular na medida em que ela disponibiliza uma série rica de *argumentos e hipóteses no esforço de correlacionar disposições comportamentais a certos padrões socioespaciais*, partindo da elaboração de uma dada concepção do ser humano, da interação e da cidade, e os desdobramentos de sua singular interconexão no mundo moderno, tendo como eixo a realização de uma síntese muito fecunda entre alguns dos princípios explicativos encontrados em Tönnies e

²Park levanta curiosos indícios a partir da leitura de J. Arthur Thomson sobre o inverso: como a biologia incorporou premissas oriundas da ciência social e econômica em algumas de suas formulações iniciais (PARK, 1952, p. 146).

Simmel,³ em meio à indubitável influência das ideias de Darwin, Durkheim, Cooley, Thomas e Sumner.

Uma das premissas mais elementares da ecologia humana foi a de considerar a cidade como uma entidade formada por várias partes inter-relacionadas e dotada de dinâmica própria de desenvolvimento e formação, cuja determinação permitiria a abordagem do comportamento de indivíduos e grupos de indivíduos. Curiosamente, a ecologia humana tentou estabelecer algum tipo de intersecção muito particular entre holismo e individualismo metodológico, ainda que tomando, por vezes, posição em favor deste último. Isso porque se ela considerava, por um lado, o comportamento dos indivíduos como a fonte legítima e base para o conhecimento sobre a sociedade, por outro lado buscava a compreensão desse comportamento mediante o diagnóstico e mapeamento da atuação de “forças ambientais”, produto, sem dúvida, do processo de interação entre esses mesmos indivíduos (GOTTDIENER, 1997).

Dessa maneira, as relações espaço-temporais dos seres humanos seriam afetadas pela ação de forças seletivas, distributivas e acomodativas do ambiente (McKENZIE, 1968a, p. 04), em última instância, manifestadas como desenvolvimento de alguma propriedade inscrita na própria condição biopsíquica do homem. Fatores tecnológicos, como o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, também teriam papel importante na composição dessas forças, na medida em que potencializariam os processos de mobilidade e concentração espacial.

³Podemos considerar que a ecologia humana clássica, pelo menos em seu núcleo sociológico constitutivo mais interno, se desenvolveu mediante uma convergência das noções de Tönnies acerca da díade *comunidade* e *sociedade* e do arquétipo de Simmel sobre o homem urbano, certamente aclimatados e reelaborados no interior da ciência social estadunidense.

Pode-se dizer que a ecologia humana perseguia, dessa maneira, estabelecer algum tipo de *marco infraestrutural* para a compreensão e explicação do comportamento humano. No presente artigo tentarei apresentar uma visão geral do *corpus* teórico constitutivo da ecologia humana clássica, desenvolvida no período mencionado no início desta seção, especialmente pelo esforço conjunto e colaborativo de Park, Burgess e McKenzie, pontuando os elementos mais fundamentais que poderiam de alguma forma evidenciar o conjunto de disposições comportamentais que busco assinalar como *sociabilidade urbana* (FRUGOLI JR., 2007).

As formas elementares das relações sociais: natureza humana, interação e grupos sociais

A ecologia humana clássica operava com um entendimento do homem e da natureza humana baseado em premissas extraídas do campo da psicanálise e do darwinismo (PARK, 1976, p. 65), qual seja: o homem tido como animalidade em seu estado primário, contido e domesticado pela sociedade/civilização; o indivíduo como um complexo psicossomático de impulsos e instintos rearticulados e sublimados pela experiência coletiva da vida social (PARK; BURGESS, 1970, p. 60). Dizia Park:

A verdade parece ser que os homens são trazidos ao mundo com todas as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados. A civilização, no interesse do bem-estar comum, requer algumas vezes a repressão, e sempre o controle, dessas disposições naturais. No processo de impor sua disciplina ao indivíduo, ao refazer o indivíduo de acordo com o modelo comunitário aceito, grande parte é completamente reprimida, e uma parte maior encontra uma expressão substituta nas formas socialmente valorizadas ou, pelo menos, inócuas (PARK, 1976, p. 65).

O comportamento humano “bruto”, portanto, se caracterizaria por ser mais impulsivo, simples e direto do que reflexivo, refinado e peregrino. E o motor fundamental do agir humano estaria condicionado às formas socialmente sublimadas e assumidas por um princípio biótico imanente:⁴ *a luta pela existência*.

A diferença primordial dos homens para os demais animais seria que os primeiros viveriam um mundo de ideias para além da realidade física imediata. Participariam, portanto, de uma ordem moral soerguida a uma ordem ecológica, estando a vida humana, pelo menos, muito além da mera existência biológica. Seguindo Cooley (1964), Park demonstrava ter uma posição ambígua, na qual toda a natureza humana seria produto da vida social, ao tempo que se consumiria enquanto tal através da realização de quatro “desejos humanos” fundamentais: o desejo de segurança, de reconhecimento, de afeição e de novas experiências (PARK 1952, p. 69).

Nessa perspectiva, a vida social se desenvolveria a partir da interação de unidades interdependentes – os indivíduos, e a comunicação seria o meio pelo qual a sociedade se constituiria enquanto forma. Aliás, *competição* e *comunicação* aparecem muitas vezes para a ecologia humana como dimensões bióticas dos processos de *luta/segregação* e de *cooperação/consenso*, respectivamente. No interior das hipóteses ecológicas de mudança social, existe um movimento mais ou menos linear de desenvolvimento das transformações ocorridas no interior de um ordenamento social, com passagem por fases de desorganização, funcionalmente necessárias, para fases de reajustes e integração. Na

⁴Apesar de essa perspectiva estar nitidamente baseada numa concepção antropológica embebida em uma leitura do darwinismo, esse pressuposto também chega a ser em grande medida, por sua vez, solidário à visão de homem imanente à economia neoclássica (GRAFMEYER; JOSEPH, 1979, p. 27; GOTTDIENER, 1997, p. 39).

esteira de Spencer e Durkheim, o entendimento predominante na ecologia é de que o processo de competição acentuado com o crescimento populacional (ou com a densidade populacional) desencadearia a divisão do trabalho e a acentuação da especialização, que por sua vez induziria a novas formas de cooperação, culminando em outras formas de equilíbrio social, consolidando novos arranjos de solidariedade e a eficácia integradora da ordem moral.

A ecologia humana clássica considerava a possibilidade de quatro grandes tipos de interação humana: a *competição*, o *conflito*, a *acomodação* e a *assimilação*. A competição figuraria como o mais fundamental, elementar e universal dos modos de interação, e nela parece residir a chave mestra para o entendimento da empreitada teórica da ecologia humana.

A competição teria origem direta no princípio vital de luta pela existência. Ela, desse modo, organizaria a distribuição e a ecologia da vida social. À organização competitiva se impõe uma ordem moral e política, produto do conflito (tido como oposição e antagonismo consciente e organizado), da acomodação (com a aceitação de papéis e posições na estrutura social) e da assimilação (operando mudanças radicais na dimensão da personalidade). Com a restrição da competição por uma ordem moral, denominada por Park como cooperação competitiva para enfatizar a consolidação de arranjos de solidariedade social, a luta pela existência se converteria em luta por sustento e *status*.

De acordo com a leitura de Eufrásio, a competição seria quase sempre luta sem contato e inconsciente, assumindo essencialmente uma conotação *sub-social*, configurada no embate por posição numa ordem econômica. Assim:

os aspectos das relações humanas que não envolvem estímulo e res-

posta mentais ou conscientes diretos, e em especial a comunicação simbólica entre os agentes, são tidos como aspectos sub-sociais [...] os homens e as instituições de uma área se integram num organismo comunal sub-social como resultado de processos competitivos impessoais, pelos quais cada unidade individual encontra uma ocupação ou nicho funcional e uma posição espacial que a habilita a desempenhar um papel no interior da área funcional e espacialmente organizada (EUFRASIO, 1999, p. 100-101).

Segundo a ecologia humana, os processos interativos originam organização social, apesar da impossibilidade empírica de pensá-los em separado e em uma relação unilateral e causal. Isso porque, se o gênero humano pode ser considerado por excelência como gregário, só faz sentido falar de interação no interior de arranjos socioculturais (GEERTZ, 1978). Mas Park e Burgess pensavam sincrônica e analiticamente a organização de grupos a partir da resposta que os seres humanos precisariam dar a certas necessidades ou resolução de problemas segundo três ordens: administrativa/organizacional, legislativa/normativa e a relação ser humano-natureza. Estes três eixos cruzados seriam a base motivacional e funcional da edificação dos agregados humanos em grupos sociais. Tais grupos foram por eles classificados nos seguintes termos: "a) família; b) grupos linguísticos ou raciais; c) comunidades locais e territoriais (vizinhanças); d) grupos de conflitos (nacionalidades, partidos, seitas, gangues); e) e grupos de acomodação (classes, castas, grupos vocacionais)" (PARK; BURGESS, 1970, p. 50).

Comunidade e sociedade segundo a ecologia humana

As categorias de *comunidade* e *sociedade* desempenham um papel fundamental no esteio teórico da ecologia humana. O conceito de co-

munidade, em grande medida revestido de um aspecto biológico, se relaciona de modo imbricado, e por vezes contraditório, com o constructo dicotômico clássico estabelecido pela sociologia de Tönnies (1942; 1947). Isso porque, se por um lado as categorias de comunidade e sociedade podem ser utilizadas como elaborações conceituais ideais para o mapeamento do comportamento humano em seu nível morfológico e espacial, unidas ou separadas temporalmente, elas igualmente traduzem, em alguma medida, certos móveis bióticos que orientam a constituição dos padrões interativos que animam as formações sociais.

Logo, em uma primeira perspectiva ecológica, de registro mais biologizado, poderíamos dizer que a *competição* está para a comunidade assim como o *conflito* está para sociedade. A comunidade seria a manifestação da vida grupal numa *dimensão profundamente orgânica*, primária, e basicamente territorializada, dos grupos sociais considerados do ponto de vista geográfico. Comunidade aqui é entendida como *habitat*. A ideia de *habitat* carrega uma hipótese capital: a convivência de formas de vida em um mesmo espaço desencadearia processos de inter-relação e interdependência. Enquanto população territorialmente organizada, enraizada em um solo ocupado e composta por unidades individuais vivendo em relação de mútua interdependência (diriam os ecologistas: simbiose), tal qual um complexo organismo social, a comunidade utiliza o mecanismo da competição para regular o número de seus membros e preservar seu equilíbrio, situando os indivíduos na coletividade, compondo desse modo a estrutura de posição e localização socioespacial (PARK, 1952, p. 148).

Já a sociedade, segundo esse mesmo ponto de vista, só seria possível com o declínio da competição enquanto móvel biótico predominante e com a assunção de formas *sublimadas da luta pela existência*.

Assim ela se organizaria a partir de duas dimensões: a biótica e a cultural (ou moral) (PARK, 1952, p. 157). A sociedade, portanto, se aproximaria de uma noção sociológica e psicanalítica de civilização: a *organização de formas de (auto) controle* (ELIAS, 1993). Sua função seria integrar, regular e dirigir as energias dos indivíduos que a compõem, erigindo uma superestrutura cultural sobre uma infraestrutura biótica. A competição na sociedade assume o caráter de conflito, forma velada e autoconsciente de luta regulada em uma estrutura social por posição de *status*, superioridade e subordinação. A cooperação (ou cooperação competitiva, como preferia Park), seria um móbil atuante sob um ordenamento moral erigido com a emergência de indivíduos socialmente heterogêneos e o correlato desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Sob uma segunda perspectiva ecológica, nesse caso em um registro mais afinado com o esquema de Tönnies, a comunidade incorporaria, com menos intensidade, suas nuances bióticas e se manifestaria principalmente como *vida social local*, como *sociedade no espaço*, onde seria possível o cultivo de vida íntima e comum, o desenvolvimento pleno da simpatia e da identificação mútua, mediados por aquilo que Cooley (1956) chamava de contatos primários, baseados na relação direta, não instrumental, face a face, imediata, e animados pela ordenação de um sentimento do todo.

A sociedade, como termo *mais abstrato e inclusivo*, seria formada por uma diversidade de grupos sociais que dela conteriam certos elementos, calcados em relações secundárias em que a distância e a mobilidade, os papéis múltiplos representados pelos agentes, a impessoalidade, a racionalidade e o dinheiro criariam uma série interminável de mediações, liberando os sujeitos de qualquer envolvimento direto, afetivo, exclusivista ou necessário para a realização do processo inte-

rativo.

A comunidade seria regida por um caráter vital cíclico, passível de reprodução essencialmente através de sua ordem moral. Nesse sentido, toda comunidade seria uma sociedade, mas nem toda sociedade uma comunidade. As duas perspectivas, no entanto, aparecem quase sempre interconectadas nos textos de Park, Burgess e McKenzie.

E a cidade, apesar de ser referida de modo genérico como comunidade urbana, na maioria das vezes, assume o signo de sociedade presente nestas duas perspectivas, ou seja, a) de uma *constelação ecológica* onde diversas comunidades se organizam no seu interior; e b) de *ordem/dinâmica civilizatória*.

A formação do meio ambiente urbano: mobilidade, áreas naturais e região moral

Park gostava de expor que a cidade não era só uma soma da estrutura física e das instituições que nela se encontravam, mas essencialmente “um estado de espírito, um corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes” (PARK, 1976, p. 26). Como obra da natureza humana, a cidade se realizava ao mesmo tempo como artefato psicofísico e complexo cultural. Embora a forma material da cidade fosse produto da concretização, em alguma medida, das necessidades dos habitantes colocadas em movimento pelo motor biótico da competição, por sua vez, o próprio ambiente ecológico construído pela relação entre os indivíduos possuiria o poder de exercer condicionamentos sobre todas as atividades humanas, na medida em que atuaria como força atrativa ou repulsiva através de suas regiões internas diferenciadas.

A cidade moderna seria produto fundamentalmente do comércio e do mercado, advogavam os primeiros ecologistas, aprofundando uma

linha de raciocínio presente em Tönnies, Simmel, e consolidada pela análise weberiana. No entanto, a cidade moderna seria também o instrumento condutor que difundiria as potências civilizatórias⁵ do Ocidente, levando o racionalismo e os conteúdos do modo de vida moderno às suas máximas consequências e aos mais distantes pontos do globo. Como manifestação mais expressiva do artifício, reteria a cidade o cerne do projeto humano de *controlar as condições de produção e reprodução da natureza externa* (o mundo) e *interna* (o próprio ser humano) (PARK, 1952, p. 75).

A cidade moderna, ao abrigar, proteger e estimular o livre mercado concorrencial e a divisão social do trabalho teria jogado papel imprescindível no processo de individuação (POLANYI, 2000). Mas as grandes cidades, em geral, incapazes de promover a reprodução de seu agregado populacional para atender sua dinâmica interna, atuam como força gravitacional, atraindo e concentrando contingentes de imigrantes. Desse modo, a cidade propiciaria condições que inviabilizariam a existência de um contingente étnico-racial e cultural puro (PARK 1952, p. 140) e teria impulsionado a modificação da antiga organização social e econômica da sociedade, fundamentada em laços familiares, tradições e castas para outra estrutura baseada nos interesses ocupacionais e vocacionais (PARK, 1976, p. 37).

As grandes contribuições civilizatórias da cidade, asseverava Park (1952, p. 140-141), teriam sido: *a*) reunir e concentrar indivíduos de diferentes origens, estimulando uma visão de mundo cosmopolita; *b*) corroer a rigidez de castas, diferenças raciais, costumes e tradições, subordinando tudo ao exercício das capacidades individuais, pelo princí-

⁵Civilização entendida aqui como imperativo universalizante, potência de irradiação e difusão de estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, minando ou ultrapassando tudo o que seria particularidade e singularidade autorreferenciadas (ELIAS, 1993).

pio da eficiência econômica; c) promover as condições mais propícias para a divisão do trabalho e a especialização, nivelando os indivíduos; d) possibilitar a criação de traços culturais comuns como parte de uma cultura internacionalizada.⁶

Para a cidade moderna estariam abertas duas possibilidades de crescimento e desenvolvimento: a natalidade e a migração. Em geral se explica o crescimento urbano pela conjugação dos dois fatores. Mas as grandes cidades tiveram, em quase todos os casos, sua forma de recrutamento demográfico pela imigração do campo e das pequenas cidades, e muitas vezes cruzando fronteiras nacionais. Uma característica indubitável de processos de crescimento populacional urbano via imigração é a ocorrência de mudanças em um nível acelerado e profundo. Mudanças entendidas, não totalmente sem razão, como desorganização social. O crescimento, ou expansão urbana, induziria a diferenciação interna, tanto ambiental quanto populacional, produzindo variadas formas de segregação. Os movimentos internos de segregação urbana levaram à formação daquilo que Park denominava por *áreas e grupos naturais*.

Cada área típica da cidade conteria uma seleção característica da população de uma comunidade como um todo. Em grandes cidades as divergências de maneiras, estilos e modos de vida tenderiam a se organizar e agrupar em ambientes específicos:

As diferenças em grupos etários e de sexo, talvez os índices mais significativos da vida social, são notavelmente divergentes para diferentes áreas naturais. Existem regiões da cidade em que quase não há crianças, áreas ocupadas por hotéis residenciais, por exem-

⁶Tal tipo de caracterização da cidade, presente na ecologia humana, fomenta as justificativas de posições como as de Castells na defesa da inexistência de uma cultura propriamente urbana, cujo teor não ultrapassa uma recomposição discursiva e ideológica de elementos inerentes ao modo de produção capitalista (CASTELLS, 2000, p. 127).

plo. Há regiões onde o número de crianças é relativamente alto: nas favelas, nos subúrbios residenciais de classe média, nos quais os recém-casados costumam inaugurar seus primeiros apartamentos após a lua de mel. Há outras áreas ocupadas quase inteiramente por jovens solteiros, rapazes e moças estudantes. Há regiões onde as pessoas quase nunca votam, exceto nas eleições nacionais; regiões onde a taxa de divórcio é maior do que para qualquer estado da União; e outras regiões na mesma cidade onde quase não há divórcios. Existem áreas infestadas por gangues juvenis e clubes atléticos e políticos nos quais os membros dessas gangues ou gangues se formam. Existem regiões em que a taxa de suicídio é excessiva; regiões em que há, como registrado pelas estatísticas, uma quantidade excessiva de delinquência juvenil; e outras regiões em que não há quase nenhuma. (PARK, 1952, p. 172).

A adjetivação de “natural” foi adicionada a essas regiões por Park pelo fato de elas tomarem existência sem qualquer intenção planejada dos agentes (seja os que nela habitam ou não), e serem fruto predominante da atuação das forças de segregação e concentração que sustentam a dinâmica interna da cidade, assumindo uma função e uma morfologia típica, tendo um papel específico na estrutura urbana como um todo. A cidade se constitui assim, em um universo de áreas naturais, onde cada indivíduo e grupo encontrariam nela o lugar onde podem, ou o lugar onde devem viver.

Para a ecologia humana, pois, a distribuição da população determinaria a natureza do lugar, do grupo que ocupa o lugar e da relação entre ambos. Toda área natural assumiria também um caráter cultural típico, ainda que não necessariamente com populações homogêneas: outro atributo característico da vida urbana é que a proximidade física seria acompanhada de verdadeiros abismos sociais, devido à relação de simbiose que interligaria determinadas pessoas unicamente pelas funções que exercem na disposição e organização mais ampla da cidade.

A organização do ambiente urbano se assentaria também na constituição de um circuito socioespacial que permitiria extremas possibilidades de mobilidade aos indivíduos. Mobilidade entendida mais como mudança do que movimento, ou seja, como reação a novas experiências, estímulos e situações, podendo ser tanto “horizontal” (no espaço) quanto “vertical” (na estrutura ocupacional). Burgess considerava a mobilidade como o “pulso” de uma comunidade, estabelecendo dois critérios para medir o estado de mutabilidade dos indivíduos na cidade: o número e a espécie de contatos/estímulos provenientes do meio (BURGESS, 1925: p. 58-59).

Muito interessante é a relação que Park estabelecia entre mobilidade e desenvolvimento intelectual, estimulado pelos resultados da pesquisa de Nels Anderson sobre os “vagabundos”, andarilhos, sem tetos e outros indivíduos sem lar (ANDERSON, 1998). Sustentando a tese de que a mente é um incidente da locomoção (PARK, 1952, p. 92), apresentou instigantes considerações sobre o intelectualismo tipicamente atribuído aos judeus, correlacionando-as com sua condição de povo em diáspora. Suas conclusões parecem caminhar no sentido de uma brilhante síntese das reflexões de Simmel sobre o estrangeiro (SIMMEL, 1983) e o aventureiro (SIMMEL, 1971) como tipos sociais modernos.

Inspirados em Simmel, para os pioneiros da Escola de Chicago, o ritmo da vida urbana e moderna teria estimulado em muitos indivíduos um forte sentimento de insatisfação e frustração, particularmente frente ao tipo de domínio que as frações de tempo e o dinheiro passam a exercer no campo da sociabilidade. Por outro lado, alguns espíritos inquietos encontrariam nas potencialidades de liberação individual desse mesmo modo de vida assim regulado, através das possibilidades de mobilidade social e espacial, elementos para vivenciar

experiências alternativas e marginais (SIMMEL, 1983). Park acreditava que indivíduos em busca de excitação encontrariam na cidade moderna condições favoráveis para o desenvolvimento de formas de temperamento baseadas no que denominava por “impulso romântico”, de modo a encontrar ou mesmo produzir brechas para escapar da realidade:

É o impulso romântico, o desejo de escapar da rotina monótona da vida em casa e na comunidade local, que nos leva ao exterior em busca de aventura. Essa busca romântica, que encontra uma expressão afrontosa nas pistas de dança e nos salões de jazz, é característica de quase todas as outras expressões da vida moderna. Revolução política e reforma social são muitas vezes, também, expressões desse mesmo impulso romântico. Milenarismos religiosos e buscas missionárias, especialmente quando ensejam as “fronteiras intocadas”, seriam manifestações desse mesmo desejo de escapar da realidade (PARK, 1952, p. 68).

Fica claro que o vagabundo a que Park se refere aqui, ainda que possa partilhar de uma condição de marginalidade derivada da privação material e da pobreza, não necessariamente, ou mesmo raramente, seria um produto destas condições de vida adversas. Esse vagabundo, mais uma vez em chave simmeliana, seria o individualista, o hedonista, o artista, o boêmio, ou mesmo o revolucionário de grupos radicais que não quer se enquadrar no ritmo de vida convencional, e encontraria em formas de trabalho sazonal, na herança, ou mesmo na solidariedade de amigos e companheiros de causa as chances concretas de levar uma vida nômade e itinerante. O vagabundo poderia *ser vazio de vocação, mas nunca de experiências*. Como um desenraizado, seria um homem de fronteira, um *flâuner*, que não tem destino e nunca chega (SIMMEL, 2005). Pode muitas vezes ser produto dos vícios ou de uma vida desregrada, mas o seria, em determinados casos, por algum grau de opção.

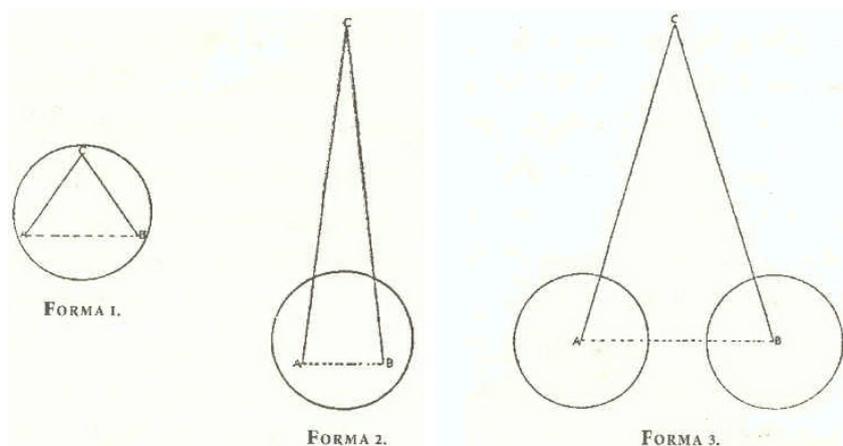
Essa emergência do *temperamento romântico* seria um fenômeno típico das cidades modernas. Um exemplo de vagabundo com grande visibilidade social, citado por Park, foi o poeta Walt Whitman. Pensando na geração *beatnik*, quase três décadas depois da publicação do livro de Anderson, o clima efervescente das grandes cidades estadunidenses demonstra o quanto a magistral obra de Jack Kerouac, *On the road*, não parece nem um pouco gratuita.

Outro ponto revelador da sociabilidade nas grandes cidades seria que nelas a vida se passaria, sobretudo, como num grande hotel: as pessoas são tidas como estranhas a despeito de muitas vezes residirem lado a lado. A relação entre estranhos se equilibraria em uma linha tênue que ora conduz à hostilidade e ao medo, ora ao conflito e à violência.

A intensa mobilidade produziria nas grandes cidades um equilíbrio instável, uma condição de crise anômica permanente (BURGESS, 1925, p. 58). As investigações acerca do que os ecologistas consideravam comportamento desviante, do criminoso ao viciado, como já destacado, levam fundamentalmente ao poder desorganizador que a mobilidade, particularmente aquela instaurada em processos de intensa imigração, exerceria nas cidades. Isso também alteraria profundamente a estrutura familiar: se no campo as crianças são tidas como vantagem, na cidade pesam como responsabilidade.

Burgess apresentou um exemplo muito significativo sobre estas condições que possibilitam o comportamento desviante na cidade, baseado na ideia de diluição do poder de controle dos grupos primários, através da teoria do *triângulo da promiscuidade*.⁷

⁷Este exemplo de “desvio moral” pode soar ridículo aos nossos olhos, mas assinala de modo patente o espírito moral dos EUA da década de 1920. O esquema foi baseado em pesquisa sobre “delinquência” entre moças, realizado por Evelyn Buchan, aluna de Burgess (BURGESS, 1925, p. 152-153).



Esquema 1: O triângulo da promiscuidade.

Fonte: Eufrásio (1999).

Nesse caso, parte da ideia de que se dois jovens, que se conhecessem num contexto em que ambos pertencessem ao mesmo círculo primário (provavelmente camponeses ou moradores de vilas), portanto já submetidos a esquemas de controle e vigilância permanente, realizassem intercurso sexual fora do matrimônio (um exemplo de “ato social desviante”), seriam eventualmente alvo de intensa repressão física e moral. Os vértices da primeira figura acima (*forma 1*), o *triângulo da vizinhança*, representariam a casa do rapaz (a), a casa da moça (b) e o lugar da realização do ato moral desviante (c), todos eles inseridos dentro do mesmo círculo de convivência.

Numa outra suposta situação ligeiramente modificada, ainda existiria o controle social exercido pelos grupos primários (vértices [a] e [b] dentro do círculo), mas considerando que os jovens se encontrariam em meio de fácil acesso a territórios de grupos sociais distintos dos seus de origem, poderiam escapar momentaneamente das formas de controle, o que estaria representado no *triângulo da mobilidade*, segunda figura acima (*forma 2*), através de um de seus vértices que

escaparia do círculo (c).

Aumentariam, ainda mais, as chances de se esquivar do controle e realizar o “ato desviante” quando os jovens fossem oriundos de grupos primários distintos, o que estaria representado acima pela diferente posição ocupada pelos vértices do triângulo (a), (b) e (c), circunstância que possibilitaria algo como o desenvolvimento de formas de intimidade em um primeiro encontro casual: na terceira figura acima (*forma 3*), o que ficou conhecido propriamente como *triângulo da promiscuidade*.

Novamente, é visível o paralelismo com a teoria dos círculos sociais de Simmel (BRANCALEONE, 2007), como configurações interativas que, em determinadas escalas e condições, ampliam o poder de alcance dos processos de individuação em sua tensão com as forças das tradições e das regras morais predominantes.

Ainda pontuando os efeitos da mobilidade no meio ambiente urbano, teríamos mais uma premissa importante: a cidade grande “tende” a premiar a excentricidade. Ela oferece condições para o florescimento de um clima moral favorável ao desenvolvimento das mais diferentes peculiaridades e temperamentos individuais. O espaço metropolitano também disponibilizaria um repertório com fragmentos de diferentes esferas culturais que colocaria em contato e em relação, em algumas circunstâncias alçando o sujeito a condição valorativa de demiurgo de si, ou seja, de artífice do seu processo sociopsíquico de configuração identitária. De modo que faz sentido pensar que:

[...] os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outra forma amplamente se-

parados. Tudo isso tende a dar à vida citadina um caráter superficial e adventício; tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes. Introduce, ao mesmo tempo, um elemento de acaso e aventura que se acrescenta ao estímulo da vida citadina e lhe confere uma atração especial para nervos jovens e frescos (PARK; BURGESS, 1925, p. 62).

A cidade tende a “disponibilizar” determinadas áreas onde certos tipos de comportamento, incluindo o de tipo não convencional, seja de “vício”, “desvio” ou simplesmente aquele que opera em códigos morais minoritários ou divergentes, podem se expressar sem vigilância ou sob menor risco de punição. Park se referia a estes lugares através do conceito de *região moral*. Ele partia da ideia de que indivíduos que realizam determinados tipos de práticas convergentes (por exemplo, que buscam a mesma forma de diversão) se encontrariam nos mesmos lugares. A “segregação espontânea” ocorreria não somente segundo interesses ocupacionais e econômicos, mas também segundo a afinidade de gostos e temperamentos.

Alguns territórios poderiam assumir caráter de região moral, como zonas de solidariedade, vício, prazer, diversão etc., porém, esses espaços raramente se organizariam como local de domicílios. Mais propriamente como espaço de encontro e reunião, uma região moral seria basicamente um ambiente relativamente isolado ou sobrepósito (no tempo ou no espaço) onde os impulsos, paixões ou ideais vagos e reprimidos se emancipariam da ordem moral dominante (PARK, 1976, p. 64). A existência de uma região moral estaria intrinsecamente ligada às restrições da vida social, agrupando esforços de indivíduos e grupos que procurariam contornar as formas de sublimação instintiva ou vivências morais socialmente aceitas. Podem ser entendidos, também, como territórios destinados às experiências modernas de *catarse*. Em geral se materializam como territórios de

vida boêmia, sejam submundos ou zonas proibidas, ainda que não necessariamente de caráter anormal e criminoso.⁸

A vizinhança como unidade de análise e instrumento de correção moral

A vizinhança foi considerada pelos ecologistas a forma mais simples e elementar de associação da vida citadina, e uma das mais antigas instituições sociais (McKENZIE, 1968a, p. 73). McKenzie, por exemplo, defendia que o hábito de formação de grupos carregava qualquer coisa de herança biológica. Entre os povos nômades, sua concretização mais imediata foi a formação do grupo de parentesco. Foram os sedentários que fundaram a vizinhança, constituindo as primeiras comunidades de vila. A cidade por sua vez, enquanto modo de assentamento humano, também tenderia a produzir vizinhanças, com suas próprias peculiaridades (McKENZIE, 1968b, p. 63).

Como já dito anteriormente, uma premissa importante de Tönnies incorporada pela ecologia humana seria a de que, em determinadas circunstâncias, a proximidade física produziria ou potencializaria a inter-relação e a interdependência, a intimidade de associação e a comunidade de sentimentos. Em sociedades de pouca mobilidade, tal hipótese é fortemente verossímil. Haveria uma conexão “virtuosa” entre lugar, história e sentimentos.

Do ponto de vista da sociabilidade, a vizinhança, como comunidade local, representaria os círculos de referência e interação primá-

⁸Como Durkheim, Park sustentava a compreensão de que criminosos, gênios e excêntricos são igualmente objeto de repressão pela ordem moral dominante, e a emergência destes tipos sociais é extremamente sensível ao enfraquecimento dos mecanismos de controle social. O criminoso e o visionário, enfim, podem ser facetas de uma mesma moeda (DURKHEIM, 1982).

rios, e a constituição e desenvolvimento da personalidade dos agentes, seus valores e temperamento estariam visceralmente presos a esse círculo. Em outras palavras, a vizinhança seria uma poderosa instituição de controle social. Por outro lado, manifestações de solidariedade espontânea e irrefletida, lealdade, bondade e autossacrifício seriam tipicamente relacionadas a essas comunidades. Aliás, parece haver um confronto entre dois tipos de julgamentos antagônicos na descrição e explicação das vizinhanças e comunidades locais: por um lado o extremo grau de controle sobre a personalidade; de outro as mais interessantes possibilidades de envolvimento afetivo de tipo altruístico. McKenzie, como também os demais membros da primeira geração da Escola de Chicago, parece tomar partido dessa última visão, certamente mais idealizada da comunidade, prescrevendo inclusive o papel revitalizador que poderia a vizinhança em um centro urbano exercer contra a ação desorganizadora do individualismo.⁹

McKenzie, através do estudo de algumas comunidades locais na cidade estadunidense de Columbus, formulou uma tipologia da vizinhança para as cidades modernas, a partir dos seguintes elementos: *a)* o sentimento de vizinhança é mais facilmente engendrado quando a base da convivência física é suficientemente unitária, contrastando em relação ao resto da sociedade (como uma estrutura polarizada *nós x eles*); *b)* o sentimento de vizinhança é mais forte onde existe homogeneidade e estabilidade da população acompanhado de alto índice de moradores com casa própria; *c)* as dificuldades de manutenção do interesse comunitário em projetos locais variam diretamente com a extensão do território e o número de famílias incluídas; *d)* as experiências de organização de vizinhanças demonstram que o interesse

⁹Segundo Park, os *sentimentos* e a afetividade alimentam, sobretudo, posições conservadoras sobre a vida social e moral, enquanto o *interesse* teria muito maior afinidade com os processos de mudança (PARK, 1976, p. 40).

local tem sido mais ou menos artificialmente sustentado pelo trabalho árduo de poucos moradores enérgicos (McKENZIE, 1968b, p. 92).

Preocupado com os processos de desorganização social promovidos pelo vertiginoso movimento de urbanização, McKenzie justificava a necessidade de entender a dinâmica vital de formação e dissolução das vizinhanças como método de “terapia social”, e estimular as ações do poder público e das associações cívicas e filantrópicas no sentido de incrementar sua vitalidade. O grande problema seria que as grandes cidades não ofereceriam condições muito favoráveis para a vivência comunitária de vizinhança. A mobilidade, nesse caso, expressa também no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, permitiria que os indivíduos cultivassem círculos de sociabilidade para muito além da proximidade residencial, estruturados ainda em outras fontes de convergência que não a “comunidade de lugar”, como diria Tönnies. McKenzie avaliava que tal fenômeno seria igualmente problemático para a institucionalidade política, dado que baseada na qualificação residencial, prevendo as crescentes dificuldades de manutenção de formas eficazes de controle eleitoral sobre os agentes governamentais.

O modelo clássico da estrutura urbana e a cidade radial

É notável a contribuição de Burgess ao unificar, em 1922, as reflexões de Park sobre a ecologia da cidade e a teoria da estrutura urbana de McKenzie em um modelo espacializado, culminando em uma representação radial da cidade que sintetizasse essas proposições. Basta assinalar o curioso fato de que o menos ecologista dos três sociólogos conseguiu alçar esse modelo teórico à posição de marco da ecologia

humana clássica.

Tal concepção traduziu o desenvolvimento urbano como alavancado por movimentos de expansão realizados através de zonas radiais que orbitavam ao redor de um núcleo central, sob o impulso de forças de centralização, de descentralização, de atração e de segregação. A ação dessas forças configuraria padrões físicos que orientariam os processos de mudança, na perspectiva ecológica, resultado do movimento de populações e objetos no território e do movimento dos indivíduos na localização ocupacional (PARK, 1952, p. 158). Os fatores da mudança social, como destacado anteriormente, repousariam no processo de crescimento populacional, da divisão do trabalho e do desenvolvimento de tecnologias. No entanto, a concepção da expansão urbana é funcionalista na medida em que encara a mudança como necessariamente solidária aos mecanismos de ajuste social.

Park caminhou na direção de uma teoria geral da mudança social privilegiando a comunidade urbana como unidade de investigação, e a mobilidade como índice de mudança social (basicamente entendendo a migração e o comércio como fatores de mobilidade). Nesse aspecto descobriu haver uma intensa relação entre o valor da terra e a circulação de pessoas, configurando tal conexão em um dos mais sensíveis índices de mobilidade (BURGESS, 1925, p. 61). A forma física da cidade seria essencialmente produzida pela ação dos empreendimentos privados, e as mudanças na dinâmica econômica mudariam a organização do espaço, que por sua vez atuaria nos movimentos de distribuição da população, acompanhado pela mudança nos hábitos, sentimentos e caráter. Assim, poder-se-ia estabelecer uma espécie de “lei geral”: o aumento da população de uma parte qualquer da cidade afetaria todo o conjunto urbano de modo possível de ser apreendido e mensurado.

Os ecologistas se esforçaram para reunir informações suficientes sobre a dinâmica urbana visando apontar as características morfológicas que seriam típicas das metrópoles. A grande cidade, nessa perspectiva organicista, animada pela existência de forças econômicas e culturais latentes, se configuraria internamente por um conjunto de regiões diferenciadas e integradas funcionalmente ao conjunto de um espaço contíguo. Desse modo, tomou corpo a *teoria das zonas* e a noção de *cidade radial*, ou *concêntrica* (McKENZIE, 1968a, p. 55-56).

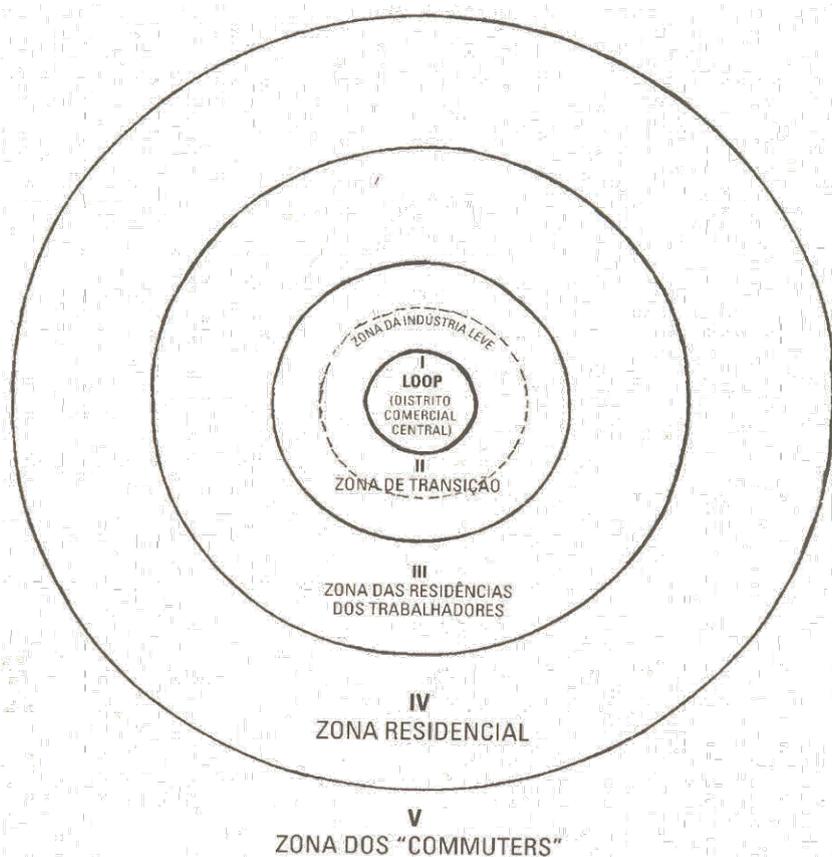
O movimento de expansão da área metropolitana se realizaria através da formação de áreas mais ou menos moduladas em círculos concêntricos, cujas formas seriam resultado de movimentos de extensão, sucessão, concentração e desconcentração (BURGESS, 1925, p. 52). E o processo de expansão poderia ser estudado não apenas do ponto de vista físico, mas também pelos seus desdobramentos em modificações na organização social e nos tipos de personalidade e temperamento promovidos.

Burgess foi o grande responsável pela sistematização da teoria das zonas tal qual a conhecemos hoje, com sua versão “cartográfica”. Certamente seu modelo foi erigido à luz da experiência acerca das manifestações morfológicas da vida moderna urbana estadunidense. Ele mesmo advertia seus leitores do seu objetivo maior: a elaboração de um tipo ideal para tornar inteligíveis os processos intrínsecos da dinâmica e da vida urbana.

A cidade cresceria pelo processo de subdivisão, e subdivisão que instauraria arranjos mais complexos e especializados. Este crescimento, como o processo anabólico e catabólico de um metabolismo, explicaria a luta entre forças de organização e desorganização. Aliás, a concepção da desorganização como funcional ao processo de desenvolvimento e expansão da cidade na maioria das vezes se justificou em

termos biológicos. Assim, a desorganização seria sadia até um certo limite, pois a irrefreável mobilidade que a cidade tende a estimular produziria áreas de deterioração, promiscuidade e vício, quebrando o poder de controle dos grupos primários.

O modelo da cidade radial constituía-se de uma série de círculos ou de faixas concêntricas, na seguinte disposição (como na figura logo abaixo): uma *zona I*, a mais interna, situando o distrito comercial central e o lugar de gravitação da vida econômica, política e cultural do assentamento urbano. Uma região seguida ao centro, a *zona II*, área considerada como de transição, organizada em torno do comércio atacadista e de formas de indústria leve, se configurando como área de deterioração e de *slum* (*favela/cortiços*), pois dinamizada normalmente pela “invasão” de imigrantes em busca de moradias baratas. Ulteriormente situaria outra área, a *zona III*, esta área residencial habitada por assalariados que desejariam viver mais próximo ao acesso dos locais de trabalho. Logo depois outra região, a *zona IV*, área residencial de prédios de classe alta e média. E por fim uma última região, a *zona V*, denominadas dos *commuters*, constituindo-se nos subúrbios ou cidades satélites de casas inspiradas em motivos campestres, onde residiriam as famílias mais estáveis economicamente e que possuísem automóvel (áreas normalmente distando de 30 a 60 minutos do centro).



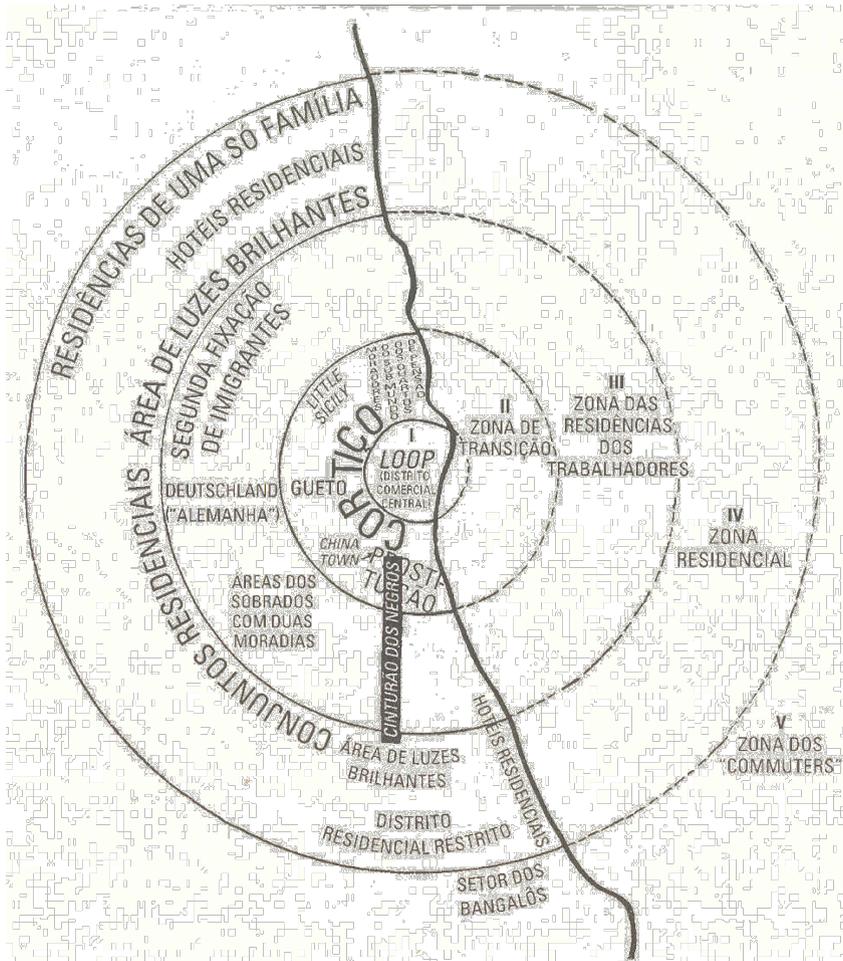
Esquema 2: O modelo da cidade radial

Fonte: Eufrásio (1999).

Dentro de cada zona poderiam se constituir comunidades de vizinhança. As zonas seriam propriamente as áreas naturais a que se referia Park, e algumas áreas poderiam se organizar enquanto região moral, como, por exemplo, as áreas de tipo de transição (como a *zona II*), ocupada nesse caso preferencialmente por jovens solteiros, imigrantes recém-chegados, grupos étnicos, radicais e boêmios.

O modelo da cidade radial e concêntrica ficou famoso e se transformou em referência importante da ecologia humana mediante a sua

aplicação à cidade de Chicago. Abaixo segue a ilustração das zonas concêntricas no estudo dessa cidade:



Esquema 3: A representação de Chicago a partir da cidade radial

Fonte: Eufrásio (1999).

Burgess em 1929, mediante as críticas mobilizadas contra seu esquema, propôs alguns acréscimos, sofisticando sua proposta, aumentando o número de zonas delimitadas (tendo em vista assim a ideia de região metropolitana) e revendo atuação de algumas das forças de

mobilidade em uma perspectiva menos ecológica.

No entanto, provavelmente o aspecto mais importante do esforço de Burgess, a despeito de todas as críticas que se avolumaram ao modelo da cidade radial e concêntrica, principalmente aquelas que focavam a natureza dos móveis interativos e das forças de segregação presentes no processo de organização da estrutura urbana, sem dúvida, parece ter sido a realização de uma construção teórico-metodológica, operatória das premissas mais substantivas da perspectiva ecológica, materializada em uma cartografia das disposições comportamentais.

Considerações finais

Os indivíduos e grupos sociais, como agentes de práticas e representações sociais, são também produtores de território. Espacializando práticas e representações, eles interferem em suas próprias condições de produtores de relações sociais, ou seja, nos chamados processos “civilizatórios”, como entendido por Elias (1993). Há duas consequências: os indivíduos e grupos sociais em relação criam o seu *habitat*; e o *habitat* humano, que vai muito além do simples espaço físico, por sua vez também (re)modula os indivíduos e grupos sociais. A cidade, como o *habitat* do “ser humano civilizado”, expressão cara a Park, parece atuar como uma segunda ou terceira “natureza humana”, seja pela sua materialidade constituída na forma de espaço funcional e de controle ambiental, e assim, forma objetivada de intervenção no mundo, seja pelo seu papel de código mental, moral e cultural assentado em padrões típicos de conduta – a *civilidade*, e sociabilidade – a *urbanidade*. Ainda que tal diferenciação denuncie pouca precisão, vale a pena tornar visível essa distinção delicada e complementar: se com o primeiro termo podemos destacar os valores citadinos típicos do autocontrole,

da pacificação e da interação baseada no respeito pela preservação física e moral do outro, com o segundo podemos afirmar os valores da singularização, da individuação e da autorregulação que permitem a cada indivíduo encontrar em termos pessoais e identitários as referências que lhe são caras.

Se o conceito de sociabilidade, originalmente incorporado no vocabulário sociológico moderno por Simmel, remete a um tipo particular de relação social (o denominado comportamento “lúdico de salão”), hoje está fortemente disseminado em nossa gramática e se associa genericamente a determinados arranjos interativos. Sociabilidade como equivalente a interação, no entanto, não necessita expressar exclusivamente a agência humana em seu vetor individual, como premissa usual de algumas teorias da ação social desenvolvidas sob a égide do individualismo metodológico. As sociabilidades podem ser entendidas em chave “estruturacionista”, ou seja, simultaneamente como arranjos ou disposições interativas e representações de ordem moral ou social (BRANCALEONE, 2015). Isso permite adjetivá-las segundo determinadas condições nas quais se manifestam e atores, os quais a tornam possíveis, sem necessariamente reduzir um elemento a outro: sociabilidade mercantil, patriarcal, camponesa, *new age*, etc., podem, e certamente estão atravessadas em um mesmo sujeito em diversas configurações ou gradientes que cabe à análise sociológica interdisciplinar interpretar e compreender.

Considerando os elementos que poderiam constituir as bases do repertório teórico que deram origem à ecologia humana em sua versão clássica, podemos cotejar em particular a noção de *sociabilidade urbana* como uma das ferramentas conceituais mais relevantes legadas por esta tradição aos chamados estudos urbanos modernos e contemporâneos. A sociabilidade parece ter obtido um *status* de fenômeno

especializável, ou melhor, passível de se inferir a partir de suas disposições segundo as características e propriedades de certas formas de organizações socioespaciais, e vice-versa. Através do que representa a teoria da estrutura urbana, das zonas morais, da cidade radial, etc., foram dados os primeiros passos para a consolidação da perspectiva de que, em determinadas condições, a organização sociocultural poderia atuar como força ambiental, ou se manifestar como sintoma da predominância de determinadas práticas e representações sociais. Dessa maneira, se tornaria inteligível e justificável a elaboração de cartografias que pudessem identificar o sentido e a organização dessas forças, bem como a direção e a tendência de seu desenvolvimento. Certamente, o problema maior teria sido o fato de a ecologia humana ter se limitado a conceber a cidade como entidade orgânica, sujeita à atuação de forças de organização e desorganização imersas em um arranjo de ajuste e adaptação com fins a um tipo de equilíbrio sistêmico.

De todo modo e para além da história de um campo do conhecimento, parece-me alvissareiro revisitar alguns dos elementos constitutivos do que pretendemos denominar por *conceito de sociabilidade urbana-tributária* dessa tradição (DELLE DONNE, 1980; FRUGOLI JR., 2007), *entendido como um conjunto de disposições comportamentais típicas e representações imaginárias sociais, engendradas, animadas, estimuladas ou potencializadas pela vida nas grandes cidades, considerando as influências da sua projeção via expansão do tecido urbano para outros territórios*. Tal noção não precisa responder necessariamente a uma visão da cidade como *fonte* de processos sociais circunscritos *exclusivamente* à sua organização interna, nem o inverso, à cidade e seu ordenamento material e simbólico como produto *exclusivo* de processos sociais mais amplos (SILVA, 2001). Aliás, sua atualidade consistiria exatamente na virtualidade *transdu-*

tiva, para usar um termo de Lefebvre (1999), ao combinar as duas perspectivas como tendências que se retroalimentam e, paradoxalmente, são capazes de delinear alguns traços *sui generis* do que ainda poderíamos insistir em denominar como fenômeno urbano.

Referências

ANDERSON, Nels. *On hobos and homelessness*. Chicago: University of Chicago, 1998.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. *Mana*, v. 2, n. 2, Museu Nacional, Rio de Janeiro, outubro de 1996.

BRANCALEONE, Cassio. Considerações sobre a sociabilidade do homem urbano. Uma (re)leitura de George Simmel. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 15, Belo Horizonte, 2007.

_____. *Teoria social, democracia e autonomia*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

BULMER, Martin. *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity and the Rise of Sociological Theory*. Chicago: University Chicago Press, 1984.

BURGESS, Ernest. The growth of city: an introduction to a research project. In: PARK & BURGESS. *The city*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1925.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COOLEY, Charles. *Social organization*. Glencoe: Free Press, 1956.

_____. *Human nature and the social order*. New York: Schocken Books, 1964.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1993.

DELLE DONNE, Marcella. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70, 1980.

DURKHEIM, Emile. *As Regras do método sociológico*. 10ªed. São Paulo. Nacional, 1982.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- EUFRASIO, Mário. *Estrutura urbana e ecologia humana*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- FRUGOLI Jr., Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- GRAFMEYER, Yves; JOSEPH, Issac (orgs). *L'École de Chicago: Naisance de l'Écologie Urbain*. Paris: Champ Urbain-Aubier, 1979.
- JOSEPH, Issac. Entrevista sobre a escola de Chicago. *BIB*, n. 49. ANPOCS. Rio de Janeiro, 1º semestre de 2000.
- KURTZ, Lester R. *Evaluating Chicago Sociology: A Guide to the Literature with an Annotated Bibliography*. Chicago: University Chicago Press, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- McKENZIE, Roderick. The ecological approach to the study of the human ecology. In: *On human ecology*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1968a.
- _____. The neighborhood: a study of local life in the city of Columbus, Ohio. In: *On human ecology*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1968b.
- PARK, Robert. *Human Communities: the city and human ecology*. v. II, New York/London: The Free Press/Collier Macmillan, 1952.
- _____. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano. In: VELHO, Otávio (org). *O fenômeno urbano*. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PARK, Robert; BURGESS, Ernest. *Introduction to the science of sociology*. 2ªed. Chicago. University of Chicago Press, 1970.
- PIERSON, Donald (org.). *Estudos de ecologia humana: leituras de Sociologia e Antropologia Social*. 2a. edição. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1970.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus,

2000.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SHORT, James. *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*. Chicago: University Chicago Press, 1971.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo, Perspectiva, 2001.

SIMMEL, Georg. *The web of group-affiliations*. New York: The Free Press, 1969.

_____. On individuality and social forms. In: LEVINE, Donald (ed). *Selected writings*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

_____. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*. Museu Nacional, v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2005.

SMITH, Dennis. *The Chicago School: A liberal Critic of Capitalism*. New York: St. Martin's Press, 1988.

TÖNNIES, Ferdinand. *Principios de Sociologia*. México: Fondo de Cultura Economica, 1942.

_____. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires, Losada, 1947.

URBAN LIFE. Special issue on the Chicago School. *Urban Life*, 11 (4), 1983.

VALLADARES, Licia (org). A escola de chicago. Impactos de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2005.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Resumo:

Considerada uma das fundadoras da pedra angular da sociologia urbana a assim chamada Escola Sociológica de Chicago foi responsável por um dos mais ousados esforços de elaboração de síntese teórica no moderno campo sociológico, encontrando relevantes pontos de contato entre as teorias de Georg Simmel e Ferdinand Tönnies, para mencionar dois “cânones” ainda pouco referenciados nos dias de hoje. Tomando a cidade (ou o “fenômeno urbano”) como sua unidade de análise por excelência promoveu, lado a lado a uma perspectiva teórica original, uma vigorosa agenda de pesquisa e refinada abordagem empírica dos fenômenos sociais urbanos, inclusive, abrindo passagem para o desenvolvimento ulterior de outras linhagens sociológicas. O objetivo desse artigo, ancorado em pesquisa de revisão bibliográfica, é realizar um breve e modesto balanço do repertório e da gramática conceitual, elaborados no período formativo da Escola de Chicago, especialmente através da contribuição de figuras pioneiras de Robert Park, Roderick McKenzie e Ernest Burgess. Considero que o movimento teórico/programa de pesquisa conhecido como Ecologia Humana foi o primeiro a buscar uma solução, fortemente ancorado em uma abordagem empírica, para compreender as correlações possíveis entre certas configurações socioespaciais e disposições comportamentais dos indivíduos em sociedades urbanas modernas, contribuindo para a emergência e consolidação da noção de sociabilidade urbana.

Palavras-chave: Escola de Chicago; ecologia humana; sociabilidade urbana; teoria sociológica.

Abstract:

Considered one of the founders of urban sociology, the so-called Sociological School of Chicago was responsible for an important elaboration of theoretical synthesis in the modern sociological field, finding relevant points of contact between the theories of Georg Simmel and Ferdinand Tönnies, to mention two “canons” not much referenced these days. Taking the city (or the “urban phenomenon”) as its unit of analysis par excellence, it promoted, side by side an original theoretical perspective, a vigorous research agenda and refined empirical approach to urban social phenomena, including opening the way to development of other sociological perspectives. The purpose of this article is to give a brief account of the repertoire and conceptual grammar elaborated in his formative period, especially through the pioneering figures of Robert Park, Roderick McKenzie and Ernest Burgess. I believe that the theoretical movement / research program known as Human Ecology was the first to seek a solution, strongly anchored in an empirical approach, to understand the possible correlations between certain socio-spatial configurations and behavioral dispositions of individuals in modern urban societies, contributing to the emergence and the consolidation of the notion of urban sociability.

Keywords: Chicago School; human ecology; urban sociability; sociological theory

Recebido para publicação em 19/10/2018.

Aceito em 07/08/2019.